



**Concurso Público com publicação no JOUE**

**Procedimento N.º SRPCBA 2023/14.11**

**Aquisição de veículos ambulância tipo B**

***CADERNO DE ENCARGOS***

---

## **Parte I**

### **Do contrato**

#### **Artigo 1.º**

##### **Objeto**

O presente caderno de encargos tem por objeto a aquisição de doze (12) veículos ambulância tipo B.

#### **Artigo 2.º**

##### **Definições**

Para efeitos do presente Caderno de Encargos, apresentam-se ou adotam-se as seguintes definições:

**CCP** – Código dos Contratos Públicos, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 18/2008, de 29 de janeiro, com a redação que lhe foi dada pela legislação complementar;

**DLR 27/2015/A, de 29 de dezembro**, com a sua atual redação- Aprova o regime jurídico dos contratos públicos na Região Autónoma dos Açores;

**Contrato** – contrato a celebrar entre a entidade adjudicante e o adjudicatário nos termos do presente caderno de encargos;

**Órgão competente para a decisão de contratar** – Presidente do SERVIÇO REGIONAL DE PROTECÇÃO CIVIL E BOMBEIROS DOS AÇORES, por delegação de competências conferidas pela SECRETÁRIA REGIONAL DA SAÚDE E DESPORTO, através do Despacho n.º 2069/2023 de 10 de novembro de 2023, publicado no Jornal Oficial da Região Autónoma dos Açores, II Série n.º 217.

**Entidade Adjudicante** – REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES, representada pelo SERVIÇO REGIONAL DE PROTEÇÃO CIVIL E BOMBEIROS DOS AÇORES.

**Adjudicatário** – Entidade a quem se adjudica a execução do contrato.

#### **Artigo 3.º**

##### **Forma e documentos contratuais**

1 - O contrato será reduzido a escrito nos termos do artigo 94º do CCP.

2 - Fazem parte integrante do contrato os seguintes documentos:

- a) Os suprimimentos dos erros e omissões do caderno de encargos identificados pelas entidades concorrentes, desde que esses erros e omissões tenham sido expressamente aceites pelo órgão competente para a decisão de contratar;

- b) Os esclarecimentos e as retificações relativas ao caderno de encargos;
- c) O presente caderno de encargos;
- d) A proposta adjudicada;
- e) Os esclarecimentos à proposta adjudicada prestados pelo adjudicatário.

3 - Em caso de divergência entre os documentos referidos no n.º 2, a prevalência é determinada pela ordem que nele se dispõe.

4 - Em caso de divergência entre os documentos referidos no n.º 2 e o clausulado do contrato, prevalecem os primeiros, salvo quanto aos ajustamentos ao conteúdo do contrato propostos pelo órgão competente para a decisão de contratar e aceites pelo adjudicatário.

#### **Artigo 4.º**

##### **Duração do contrato**

O contrato mantém-se em vigor até à entrega dos bens nas ilhas de destino, em conformidade com os respetivos termos e condições e o disposto na lei, sem prejuízo das obrigações acessórias que devam perdurar para além da cessação do contrato.

#### **Artigo 5.º**

##### **Obrigações do adjudicatário**

1 - O adjudicatário obriga-se a executar o objeto do contrato de forma profissional e competente, utilizando os conhecimentos técnicos, o *know-how*, a diligência, o zelo e a pontualidade próprios das melhores práticas.

2 - Constituem ainda obrigações do adjudicatário:

- a) Apresentar os documentos de habilitação a que estão obrigados, nos termos do artigo 81.º do CCP, com as especificidades do artigo 40º do Decreto Legislativo Regional nº 27/2015/A, de 29 de dezembro, com a sua atual redação;
- b) Fornecer os bens à entidade adjudicante, conforme as características técnicas e requisitos mínimos do presente caderno de encargos, definidos no Anexo;
- c) O adjudicatário obriga-se a recorrer a todos os meios humanos e materiais que sejam necessários e adequados à execução do contrato;
- d) Comunicar antecipadamente, logo que tenha conhecimento, à entidade adjudicante, o facto que torne total ou parcialmente impossível o fornecimento dos bens objeto do procedimento, ou o cumprimento de qualquer outra das suas obrigações nos termos do contrato celebrado com a entidade adjudicante;
- f) Não subcontratar, no todo ou em parte, a execução do objeto do contrato, sem prévia autorização da entidade adjudicante;

- g) Comunicar qualquer facto que ocorra durante a execução do contrato e que altere, designadamente, a sua denominação social, os seus representantes legais, a sua situação jurídica e a sua situação comercial;
- h) Manter sigilo e garantir a confidencialidade, não divulgando quaisquer informações que obtenham no âmbito da formação e da execução do contrato, nem utilizar as mesmas para fins alheios àquela execução, abrangendo esta obrigação todos os seus agentes, funcionários, colaboradores ou terceiros que nelas se encontrem envolvidos;
- i) Possuir todas as autorizações, consentimentos, aprovações, registos e licenças necessários para o pontual cumprimento das obrigações assumidas no contrato.

### **Artigo 6.º**

#### **Obrigações da entidade adjudicante**

Constituem obrigações da entidade adjudicante:

- a) Pagar, no prazo acordado, as faturas emitidas pelo adjudicatário, as quais só podem ser emitidas após o vencimento da obrigação respetiva.
- b) Para os efeitos do número anterior, a obrigação considera-se vencida com a assinatura do auto de receção.
- c) Em caso de discordância por parte do SRPCBA, quanto aos valores indicados nas faturas, deve este comunicar ao fornecedor, por escrito, os respetivos fundamentos, ficando o fornecedor obrigado a prestar os esclarecimentos necessários ou proceder à emissão de nova fatura corrigida.

### **Artigo 7.º**

#### **Patentes, licenças e marcas registadas**

São da responsabilidade do adjudicatário quaisquer encargos decorrentes da obtenção ou utilização, no âmbito do contrato, de patentes, licenças ou marcas registadas.

### **Artigo 8.º**

#### **Alterações ao contrato**

- 1 - Qualquer alteração do contrato deverá constar de documento escrito assinado por ambos os outorgantes e produzirá efeitos a partir da data da respetiva assinatura.
- 2 - A parte interessada na alteração deve comunicar, por escrito, à outra parte essa intenção, com uma antecedência mínima de 60 (sessenta) dias em relação à data em que pretende ver introduzida a alteração;
- 3 - O contrato pode ser alterado por:
  - a) Acordo entre as partes, que não pode revestir forma menos solene que o contrato;
  - b) Decisão judicial ou arbitral;
  - c) Razões de interesse público.

4 - A alteração do contrato não pode conduzir à modificação de aspetos essenciais do mesmo, nem constituir uma forma de impedir, restringir ou falsear a concorrência.

## **Artigo 9.º**

### **Subcontratação e cessão da posição contratual**

A subcontratação e a cessão da posição contratual pelo cocontratante particular, depende de autorização da entidade adjudicante, nos termos do Código dos Contratos Públicos e do Decreto Legislativo Regional nº 27/2015/A, de 29 de dezembro, com a sua atual redação.

## **Cláusula 9ª-A**

### **Cessão da posição contratual por incumprimento do cocontratante**

1 - Em caso de incumprimento, pelo cocontratante particular, das suas obrigações, de tal modo que estejam reunidos os pressupostos para a resolução do contrato, a entidade adjudicante pode determinar, nos termos da aplicação conjugada dos artigos 302º/f), 307º/2, e), 309º/2, 2ª parte, e 318º-A, todos do CCP, que o cocontratante ceda a sua posição contratual ao concorrente do procedimento pré-contratual na sequência do qual foi celebrado o contrato em execução, que venha a ser indicado pelo contraente público, pela ordem sequencial daquele procedimento.

2 - Para o efeito previsto na parte final do número anterior, o contraente público interpela, gradual e sequencialmente, os concorrentes que participaram no procedimento pré-contratual original, de acordo com a respetiva classificação final, a fim de concluir um novo contrato para a adjudicação da conclusão dos trabalhos.

3 - A execução do contrato ocorre nas mesmas condições já propostas pelo cedente no procedimento pré-contratual original.

4 - A cessão da posição contratual opera por mero efeito de ato do contraente público, sendo eficaz a partir da data por este indicada.

5 - Os direitos e obrigações do cocontratante, desde que constituídos em data anterior à da notificação do ato referido no número anterior, transmitem-se automaticamente para o cessionário na data de produção de efeitos daquele ato, sem que este a tal se possa opor.

6 - As obrigações assumidas pelo cocontratante depois da notificação referida no n.º 4 apenas vinculam a entidade cessionária quando este assim o declare, após a cessão.

7 - A caução e as garantias prestadas pelo cocontratante inicial são objeto de redução na proporção do valor das prestações efetivamente executadas e são liberadas seis meses após a data da cessão, ou, no caso de existirem obrigações de garantia, após o final dos respetivos prazos, mediante comunicação dirigida pelo contraente público aos respetivos depositários ou emitentes.

8 - A posição contratual do cocontratante nos subcontratos por si celebrados transmite-se automaticamente para a entidade cessionária, salvo em caso de recusa por parte desta.

#### **Artigo 10.º**

##### **Preço base**

O preço máximo que a entidade adjudicante se dispõe a pagar pela execução de todas as prestações objeto do contrato a celebrar, é de 682.926,00€, com exclusão do IVA.

#### **Artigo 11.º**

##### **Preço e condições de pagamento**

1 - A entidade adjudicante obriga-se a pagar ao adjudicatário o valor global constante da proposta adjudicada, acrescido de IVA à taxa legal em vigor.

2 - O pagamento das faturas é efetuado no prazo de 30 dias de calendário, a contar da data da sua receção pela entidade adjudicante.

#### **Artigo 12.º**

##### **Boa-fé**

As partes obrigam-se a atuar de boa-fé na execução do contrato e a não exercer os direitos nele previstos, ou na lei, de forma abusiva.

#### **Artigo 13.º**

##### **Uso de sinais distintivos**

Nenhuma das partes pode utilizar a denominação, marcas, nomes comerciais, logótipos e outros sinais distintivos do comércio que pertençam à outra, sem o seu prévio consentimento escrito.

#### **Artigo 14.º**

##### **Garantia dos bens**

O prazo de garantia dos bens a adquirir (veículo, transformação e equipamentos) é de, no mínimo de 3 anos (a contagem do prazo inicia-se [com a entrega final dos bens](#)).

#### **Artigo 15.º**

##### **Manutenção e Assistência técnica**

O adjudicatário, dentro do prazo de garantia estipulado no artigo anterior, tem de assegurar a manutenção e assistência técnica, nas ilhas de São Miguel, Terceira, Pico, Santa Maria, Faial e S. Jorge para o chassis e transformação, em concessionário ou oficina(s) autorizada(s).

#### **Artigo 16.º**

##### **Prazo de entrega**

O prazo máximo de entrega dos veículos e equipamentos é de 300 (trezentos) dias seguidos a contar da data de celebração do contrato.

## **Parte II**

### **Especificações técnicas**

#### **Artigo 17.º**

##### **Conformidade e operacionalidade dos bens**

- 1 - O adjudicatário obriga-se a entregar à entidade adjudicante os bens objeto do contrato em conformidade com as especificações do presente caderno de encargos.
- 2 - Os bens objeto do contrato devem ser entregues em perfeitas condições de serem utilizados para os fins a que se destinam e dotados de todo o material de apoio necessário ao seu funcionamento.
- 3 - É aplicável, com as necessárias adaptações, o disposto na lei que disciplina os aspetos relativos à venda de bens de consumo e das garantias a ela relativas, no que respeita à conformidade dos bens.
- 4 - O adjudicatário é responsável perante a entidade adjudicante por qualquer defeito ou discrepância dos bens objeto do contrato que existam quando os bens lhe são entregues.

#### **Artigo 18.º**

##### **Aceitação dos bens**

- 1 - A entidade adjudicante emite auto de receção quando não sejam detetados quaisquer defeitos ou discrepâncias em relação às características, especificações e requisitos técnicos definidos no presente caderno de encargos, bem como em relação à quantidade adjudicada.
- 2 - A assinatura do auto a que se refere o número anterior não isenta o adjudicatário das obrigações relativas aos bens entregues, nos termos da lei que disciplina os aspetos relativos à venda de bens de consumo e das garantias a ela relativas no que respeita à responsabilidade e obrigações do adjudicatário e do produtor e aos direitos do consumidor.

#### **Artigo 19º**

##### **Local de entrega e penalidades por violação do prazo de entrega dos bens**

- 1 - Os bens objeto do presente contrato serão entregues, por conta do adjudicatário e à sua responsabilidade, nas condições CIF Açores, nos termos seguintes:
  - a) Ilha de São Miguel – 06 ambulâncias;
  - b) Ilha Terceira – 02 ambulâncias;
  - c) Ilha do Pico - 01 ambulância;
  - d) Ilha de Santa Maria - 01 ambulância;
  - e) Ilha do Faial - 01 ambulância;
  - f) Ilha de S. Jorge – 01 ambulância.

2 - Os bens são entregues no prazo apresentado na proposta do adjudicatário a contar da data de celebração do contrato.

3 - Em caso de incumprimento do prazo referido no número anterior, será aplicada uma sanção pecuniária, de acordo com a seguinte fórmula:

$$\left( \frac{A}{365} \right) \times V$$

onde A é o número de dias de atraso e V o valor da encomenda.

## **Artigo 20.º**

### **Inspeção e testes**

1 - A conformidade do resultado final do fornecimento dos bens objeto do contrato será aferida através da realização de dois testes, sendo o primeiro efetuado em instalações a designar pelo fornecedor, no prazo de 10 dias a contar da notificação ao SRPCBA, e o segundo em receção no local de destino.

2 - Efetuada a entrega dos bens objeto do contrato, o contraente público, por si ou através de terceiro por ele designado, procede, à inspeção quantitativa e qualitativa dos mesmos, com vista a verificar, respetivamente, se os mesmos correspondem às quantidades estabelecidas na cláusula 1.ª do presente Caderno de Encargos e se reúnem as características, especificações e requisitos técnicos e operacionais definidos no Anexo do presente Caderno de Encargos e na proposta adjudicada, bem como outros requisitos exigidos por lei.

3 - Durante a fase realização de testes, o fornecedor deve prestar ao SRPCBA toda a cooperação e todos os esclarecimentos necessários, podendo fazer-se representar durante a realização daqueles, através de pessoas devidamente credenciadas para o efeito.

## **Artigo 21.º**

### **Inoperacionalidade, defeitos ou discrepâncias**

1 - No caso de os testes previstos na cláusula anterior não comprovarem a total operacionalidade dos bens objeto do contrato, bem como a sua conformidade com as exigências legais, ou no caso de existirem defeitos ou discrepâncias com as características, especificações e requisitos técnicos definidos no presente Caderno de Encargos, o SRPCBA deve disso informar, por escrito, o fornecedor.

2 - No caso previsto no número anterior, o fornecedor deve proceder, à sua custa e no prazo razoável que for determinado pelo SRPCBA, às reparações ou substituições necessárias para garantir a operacionalidade dos bens e o cumprimento das exigências legais e das características, especificações e requisitos técnicos exigidos.



3 - Após a realização das reparações ou substituições necessárias pelo fornecedor, no prazo indicado, o SRPCBA, procede à realização de novos testes de aceitação, nos termos do artigo anterior.

4 - Os encargos com a realização dos testes previstos no número anterior, devidamente comprovados, são da responsabilidade do fornecedor.

### **Parte III**

#### **Disposições Finais**

##### **Artigo 22º**

##### **Comunicações e notificações**

1 - Em sede de execução contratual, todas as comunicações da entidade adjudicante dirigidas ao adjudicatário são efetuadas por escrito e enviadas através de correio registado, telefax ou correio eletrónico, de acordo com os elementos a indicar pelo adjudicatário.

2 - Em sede de execução contratual, todas as comunicações do adjudicatário dirigidas à entidade adjudicante são efetuadas por escrito e enviadas através de correio registado, telefax ou correio eletrónico, de acordo com os seguintes elementos:

Serviço Regional de Proteção Civil e Bombeiros dos Açores  
Vale de Linhares – S. Bento  
9700-854 Angra do Heroísmo  
Telefax: +351 295 401 451  
Correio eletrónico: [srpcba@azores.gov.pt](mailto:srpcba@azores.gov.pt)

##### **Artigo 23º**

##### **Foro competente**

Para resolução de todos os litígios decorrentes do contrato fica estipulada a competência do Tribunal Administrativo e Fiscal de Ponta Delgada, com expressa renúncia a qualquer outro.

##### **Artigo 24º**

##### **Produção de efeitos**

O contrato a celebrar produz efeitos no dia seguinte à sua outorga, podendo esta ser feita por meios eletrónicos, nos termos da alínea b) do nº 3 do artigo 104º do CCP.

##### **Artigo 25º**

##### **Legislação aplicável e Gestor do Contrato**

1 - Em tudo o que for omissa, aplica-se o regime previsto no Código dos Contratos Públicos (CCP), aprovado pelo Decreto-Lei n.º 18/2008, de 29 de janeiro, com a sua atual redação, e ainda no DLR n.º 27/2015/A, de 29/12, com a sua atual redação.

2 - Para efeitos do disposto nos artigos 96º/1, i) e 290º-A do Código dos Contratos Públicos, a fase de execução do contrato será acompanhada por dois gestores do contrato, designado pelo Contraente Público e que, no momento da assinatura do contrato, subscreverão igualmente a declaração/anexo XIII do CCP.

## **Artigo 26.º**

### **Proteção e tratamento de dados pessoais**

1 - O Adjudicatário compromete-se a assegurar cumprimento das obrigações decorrentes do Regulamento Geral de Proteção de Dados (doravante designado RGPD) – Regulamento (UE) 2016/679 do Parlamento Europeu e do Conselho de 27/4 de 2016, e demais legislação que lhe seja aplicável relativa a dados pessoais, durante a vigência do contrato e, sempre que exigível, após a sua cessação, designadamente:

- a) Utilizar os dados pessoais a que tenha acesso ou que lhe sejam transmitidos pela entidade adjudicante, única e exclusivamente para as finalidades previstas no contrato;
- b) Manter os dados pessoais estritamente confidenciais, cumprindo e garantindo o cumprimento do dever de sigilo profissional relativamente aos mesmos;
- c) Cumprir quaisquer regras relacionadas com o tratamento de dados pessoais a que a entidade adjudicante esteja especialmente vinculada, desde que tais regras lhe sejam previamente comunicadas;
- d) Pôr em prática as medidas técnicas e organizativas necessárias à proteção dos dados pessoais tratados por conta da entidade adjudicante, nomeadamente contra a respetiva destruição, accidental ou ilícita, a perda accidental, a alteração, a difusão ou o acesso não autorizados, bem como contra qualquer outra forma de tratamento ilícito dos mesmos;
- e) Prestar à entidade adjudicante toda a colaboração de que esta careça para esclarecer qualquer questão relacionada com o tratamento de dados pessoais, efetuado ao abrigo do contrato;
- f) Manter a entidade adjudicante informada em relação ao tratamento de dados pessoais, obrigando-se a comunicar de imediato qualquer situação que possa afetar o tratamento dos mesmos, ou que, de algum modo, possa dar origem ao incumprimento das disposições legais em matéria de proteção de dados pessoais;
- g) Assegurar o cumprimento do RGPD e demais legislação relativa à proteção de dados, por todos os seus colaboradores, incluindo toda e qualquer pessoa singular ou coletiva que preste serviços ao adjudicatário, designadamente, representantes legais, trabalhadores, prestadores de serviços, procuradores e consultores, independentemente da natureza e validade do vínculo jurídico estabelecido entre o adjudicatário e o referido colaborador;
- h) Assegurar que as pessoas autorizadas a tratar os dados pessoais assumiram um compromisso de confidencialidade ou estão sujeitas a adequadas obrigações legais de confidencialidade;

- i) Não copiar, reproduzir, adaptar, modificar, alterar, apagar, destruir, difundir, transmitir, divulgar ou por qualquer outra forma colocar à disposição de terceiros os dados pessoais a que tenha acesso ou que lhe sejam transmitidos pela entidade adjudicante ao abrigo do contrato, exceto quando tal lhe tenha sido expressamente comunicado, por escrito, por esta ou quando decorra do cumprimento de uma obrigação legal;
  - j) Adotar as medidas de segurança previstas no artigo 32.º do RGPD, que assegurem a confidencialidade, a integridade, a disponibilidade e a resiliência dos sistemas e serviços de tratamento de dados pessoais e implementar um processo para testar, apreciar e avaliar regularmente a eficácia destas medidas;
  - k) Prestar a assistência necessária à entidade adjudicante no sentido de permitir que esta cumpra a obrigação de dar resposta aos pedidos dos titulares dos dados, tendo em vista o exercício dos direitos previstos no RGPD, nomeadamente o direito de acesso, retificação, oposição, apagamento, limitação e portabilidade dos seus dados pessoais;
  - l) Garantir a eficácia de mecanismo de notificação efetivo em caso de violação de dados pessoais para efeitos do cumprimento do previsto no art.º 33 do RGPD.
- 2 - O adjudicatário será responsável por qualquer prejuízo em que a entidade adjudicante venha a incorrer em consequência do tratamento, por parte do mesmo e/ou dos seus colaboradores, de dados pessoais em violação das normas legais aplicáveis.

### **Artigo 27º** **Força Maior**

1. Não podem ser impostas penalidades ao adjudicatário, nem é havido como incumprimento, a não realização pontual das prestações contratuais a cargo de qualquer das partes que resulte de caso de força maior, entendendo-se como tal as circunstâncias que impossibilitem a respetiva realização, alheias à vontade da parte afetada, que ela não pudesse conhecer ou prever à data da celebração do contrato e cujos efeitos não lhe fosse razoavelmente exigível contornar ou evitar.
2. Podem constituir força maior, se se verificarem os requisitos do número anterior, designadamente, tremores de terra, inundações, incêndios, epidemias, sabotagens, greves, embargos ou bloqueios internacionais, atos de guerra ou terrorismo, motins e determinações governamentais ou administrativas injuntivas.
3. Não constituem força maior, designadamente:
  - a) Circunstâncias que não constituam força maior para os subcontratados do adjudicatário, na parte em que intervenham;
  - b) Greves ou conflitos laborais limitados às sociedades do adjudicatário ou a grupos de sociedades em que se integre, bem como a sociedades ou grupos de sociedades dos seus subcontratados;
  - c) Determinações governamentais, administrativas, ou judiciais de natureza sancionatória ou de

outra forma resultantes do incumprimento pelo adjudicatário de deveres ou ônus que sobre ele recaiam;

- d) Manifestações populares devidas ao incumprimento pelo adjudicatário de normas legais;
  - e) Incêndios ou inundações com origem nas instalações do adjudicatário em causa, propagação ou proporções se devam a culpa ou negligência sua ou ao incumprimento de normas de segurança;
  - f) Avarias nos sistemas informáticos ou mecânicos do adjudicatário não devidas a sabotagem;
  - g) Eventos que estejam ou devam estar cobertos por seguros.
4. A ocorrência de circunstâncias que possam consubstanciar casos de força maior, deve ser imediatamente comunicada à outra parte.
5. A força maior determina a prorrogação dos prazos de cumprimento das obrigações contratuais afetadas, pelo período comprovadamente correspondente ao impedimento resultante da força maior.

## ANEXO

### ESPECIFICAÇÕES TÉCNICAS

#### 1. VEÍCULO

##### 1.1. CARATERÍSTICAS GERAIS

Combustível:	Gasóleo
Potência:	Igual ou superior a 170 CV
Cilindrada:	Entre 1900 cm <sup>3</sup> e 3000 cm <sup>3</sup>
Binário	Igual ou superior a 380 Nm
Tração:	Traseira
Caixa de Velocidades	Manual
Rodado traseiro	Simples
Distância entre eixos:	Entre 3500 mm e 3700 mm
Comprimento exterior:	Comprimento máximo de 6000 mm
Altura exterior	Altura máxima de 2700 mm
Largura exterior	Entre 2000 mm e 2450 mm
Comprimento da caixa de carga	Entre 3.100 mm e 3.400 mm;
Largura da caixa de carga	Entre 1700 mm e 1850 mm
Altura da caixa de carga	Entre 1850 e 2050mm.
Lugares na cabine:	2 (dois)
Travões:	Travões de disco dianteiros e traseiros

##### 1.2. CARATERÍSTICAS ESPECÍFICAS

Suspensão:	Desenhada e adaptada para ambulância em serviço de emergência médica.
Pneumáticos:	As dimensões dos pneumáticos devem ser as recomendadas pelo fabricante tendo em atenção o peso do veículo após transformação e o fim a que o mesmo se destina.

##### 1.3. EQUIPAMENTO

- a) Ar condicionado na cabine de condução.
- b) Airbag condutor e passageiro;
- c) Direção assistida;
- d) Programa eletrónico de estabilidade (ESP);
- e) Sistema anti bloqueio (ABS);
- f) Sistema de travagem com ABS, ASR e EBD;
- g) Travões de disco dianteiros/traseiros;
- h) Travão de parque com servofreio;
- i) Sistema de assistência à travagem (BAS);
- j) Assistente de marcha atrás e apoio a manobras de estacionamento (sensores de estacionamento);
- k) Vidros com comando elétrico;
- l) Roda sobresselente;
- m) Fecho centralizado com comando à distância;
- n) Portas traseiras com abertura a 270º, com limitador de abertura parcial a 180º (vulgo esticador);
- o) Banco do condutor regulável em altura e profundidade;
- p) Coluna da direção regulável em altura;
- q) Espelho retrovisor interior;

- r) Faróis de nevoeiro dianteiros;
- s) Sistema de corte de corrente central;
- t) Bateria principal para arranque e funções primárias do veículo;
- u) Alternador reforçado com intensidade compatível com o veículo e sua transformação.

## 2. PESO BRUTO

O peso bruto do veículo deve respeitar a homologação do IMT. Entende-se por peso bruto, o somatório de:

- a) Peso do chassis;
- b) Peso da transformação;
- c) Peso dos equipamentos;
- d) Peso dos cinco ocupantes (média 90kg/ocupante).

## 3. TRANSFORMAÇÃO

- a) As ambulâncias devem possuir a declaração de construção do veículo, emitida pelo transformador, com as especificações que respeitam a respetiva conformidade com a norma EN 1789.
- b) A **transformação**, tem por base o definido no Regulamento do Serviço de Transporte Terrestre de Doentes, publicado pela **Resolução do Conselho do Governo n.º 175/2020, de 30 de junho**, na sua última redação, republicada em anexo à Resolução n.º 14/2023, de 9 de fevereiro. E ainda, pela **Portaria n.º 2093/2020 de 29 de outubro** que define as Características e Equipamentos dos Veículos, e do **Despacho n.º 875/2022 de 17 de maio**, da Secretaria Regional da Saúde e Desporto, que define o Equipamento mínimo de cada Tipo de ambulância e VDTD, na Região Autónoma dos Açores, bem como, as especificações evidenciadas no presente caderno de encargos, e em obediência às exceções de equipamento aqui mencionadas <sup>(1)</sup>.
- c) A transformação deve ser efetuada de forma a reduzir ao máximo a vibração dos elementos de construção em contacto com a estrutura do veículo e seus equipamentos, de forma a melhorar o isolamento sonoro e evitar ruídos parasitas.

*(1) Apenas será aplicável, em caso de omissão, subsidiariamente, a legislação nacional nesta matéria -Portaria n.º 1147/2001, de 28 de setembro, alterada pela Portaria n.º 1301-A/2002, de 28 de setembro e pela Portaria n.º 402/2007, de 10 de abril, e 142-A/2012, de 15 de maio, na versão corrigida pela Declaração de retificação nº 36/2012, de 13 de julho e Portaria 260/2014, de 15 de dezembro*

### 3.1. EXTERIOR

- a) Quatro (4) sinalizadores luminosos, de baixo perfil, apostos nos quatro cantos do tejadilho, garantindo a identificação do veículo a 360° com homologação R65, ou ponte luminosa de baixo perfil, colocada à frente, de cor azul, que garanta a identificação do veículo a 360° na totalidade do seu perímetro com homologação R65, mantendo os dois sinalizadores luminosos à retaguarda.
- b) Quatro (4) sinalizadores luminosos/ *strob* com tecnologia *LED*, de cor azul, aplicados na grelha frontal homologação R65;
- c) No mínimo (4) Piscas intermitentes, de cor âmbar, no terço superior, lateral, do tejadilho do veículo (1 na parte dianteira e 1 na parte traseira) em ambos os lados;
- d) Um (1) Projetor fixo em cada painel lateral, em *LED*, que permita a iluminação do perímetro do veículo;
- e) Um (1) Projetor de iluminação direcional e destacável, em *LED*, aplicado na traseira da célula sanitária;
- f) Degrau traseiro no para-choque ou estribo em material antiderrapante de acesso à zona de carga;
- g) Um (1) Degrau suplementar, manual, sob a porta lateral, fixo à estrutura do veículo, retrátil e antiderrapante;
- h) Sirene de sinalização acústica, no mínimo bitonal, com uma potência mínima de 100w e com

sistema de amplificação de voz;

- i) Uma (1) Tomada elétrica de 220V montada no exterior do veículo, que permita alimentar os equipamentos de 12V colocados na célula sanitária, dotada de sistema ejeção automática da ficha aquando do acionamento da ignição do veículo.

### 3.2. INTERIOR

#### 3.2.1. Cabine de condução

- a) Dois (2) bancos na cabina de condução, os bancos devem ser em material lavável e facilmente desinfetável;
- b) Uma (1) Lâmpada *LED* de leitura de mapas colocada do lado do passageiro;
- c) Quadro de comando do sistema de sinalização acústica e amplificação de voz;
- d) Quadro de comando dos sistemas de sinalização luminosa;
- e) Módulo de comando dos intercomunicadores;
- f) Um (1) Extintor de 6 Kg de pó químico ABC, devidamente fixado;
- g) Uma (1) Lanterna de iluminação *LED* recarregável, devidamente fixada na cabine de condução, com o mínimo de 550 lúmenes de saída de luz, com proteção mínima IP66 contra água e poeira e resistência ao choque mínima de 1 metro, para proteção contra quedas e impactos não intencionais; com autonomia mínima de três (3) horas;
- h) Zona para rádio de comunicações;
- i) Espaço para colocação de 2 capacetes para os tripulantes;
- j) Corta corrente geral;
- k) Uma (1) Ficha de 12v, independente da original;
- l) Sistema de gestão eletrónica dos componentes elétricos da transformação com fusíveis individuais, devidamente identificados, de fácil acesso;
- m) Disjuntor para proteção do sistema elétrico de 220V, de fácil acesso;
- n) 2ª Bateria, de gel, para alimentação dos equipamentos de apoio, com divisor acionado diretamente pelo funcionamento do alternador;
- o) Dois (2) Cabides para a colocação dos coletes dos tripulantes;
- p) Uma (1) Ferramenta de desencarceramento (tipo machado de *Force*) com suporte de fixação.
- q) Um (1) Triângulo de sinalização homologado;
- r) Dois (2) Coletes refletos (EN 471 ou NP EN 1150);

#### 3.2.2. Célula sanitária

- a) A célula sanitária deve ser dotada de ar condicionado e dispositivos de ventilação e aquecimento independentes da cabine;
- b) Estruturalmente separada da cabina de condução, com janela colocada entre a cabine de condução e a célula sanitária;
- c) Reforços estruturais em aço;
- d) Um (1) Ventilador elétrico regulável, com sistema de extração e indução de ar;
- e) Com revestimento térmico e acústico;
- f) Dois (2) baldes do lixo com capacidade entre 7 e 10 litros, de fácil higienização, que implique o mínimo de manipulação;
- g) Revestimento em material lavável, desinfetável, ignífugo e antiderrapante, no caso do piso;
- h) Teto técnico, com apoio para os tripulantes e suportes de soro (mínimo 2);
- i) Quadro de comando do sistema de iluminação, ventilação e aquecimento;
- j) Um (1) módulo de transmissão dos intercomunicadores para ambulâncias;
- k) Maca principal em conformidade com a EN1865 e EN1789 – 10G, no mínimo com as seguintes características:
  - Contruída em alumínio;
  - Comprimento da maca igual ou superior a 1915 mm;
  - Amovível do carrinho de transporte;
  - Com barras laterais articuladas;
  - 4 punhos extensíveis;

- Colchão impermeável e facilmente higienizável com o mínimo de costuras;
  - Regulação de elevação da cabeceira com o mínimo de 7 posições e regulação da zona dos pés, no mínimo em 3 posições;
  - Cintos de fixação para ombros, tronco, cintura e pernas;
  - Suporte para soros e estrado que permita a realização de compressões torácicas;
  - Apoio para pés;
  - O carrinho da maca deve possuir 4 rodas, com pelo menos duas (2) bloqueáveis (travão);
  - Capacidade de carga mínima de 250 kg;
  - O peso do conjunto “carrinho” + “maca” deve ser no máximo 55kg;
  - O Suporte da maca (estrado), de acionamento manual, com sistema de declive, proclive e deslocamento lateral;
  - A maca deve ser fixa em 4 pontos ao carrinho;
  - O carrinho deve ser fixo ao seu suporte, no mínimo em 3 pontos.
- l) O conjunto “suporte da maca” + “maca principal”, quando na célula sanitária, não deverá exceder os 70 cm de altura (medidos do chão até ao estrado da maca);
- m) Janela com escotilha de abertura na porta lateral;
- n) Dois bancos rebatíveis, com cinto de segurança de três pontos, em material lavável, um no topo da maca principal, alinhado com esta quando na posição central, a uma distância que permita gestos de reanimação com o reanimador sentado e o outro na parte lateral direita ao nível da cabeceira, rotativo a 90º.
- o) Suportes fixos para:
- Uma (1) Garrafa de oxigénio portátil (2 l);
  - Duas (2) Garrafas de oxigénio (15 l) junto ao separador da cabine;
  - Talas de imobilização;
  - Sondas de aspiração;
  - Colete de extração;
  - Maca de vácuo (em alternativa ao suporte: arrumação em armário sobre a cabine de condução);
  - Plano duro;
  - Maca ortopédica de remoção;
  - Cadeira de transporte;
  - 2 Soros e infusões;
  - Caixas de luvas;
- p) Iluminação da célula sanitária com um mínimo de dois pontos de luz com intensidade variável;
- q) Um (1) Conversor de corrente de 12V para 220V, com potência mínima de 1.000W;
- r) Pega de auxílio na entrada lateral e traseira da célula sanitária;
- s) Armários e compartimentos para acondicionamento do material, constituídos por:
- Armário superior colocado na lateral esquerda no sentido longitudinal, junto ao teto;
  - Torre com arrumação e pelo menos quatro gavetas para acondicionamento do respetivo material nas cores amarelo, verde, vermelho e azul;
  - Prateleira de trabalho na lateral esquerda da célula sanitária, para apoio e colocação de equipamentos, ocupando o espaço disponível no sentido longitudinal;
  - Duas (2) Calhas hospitalares colocadas na parede lateral esquerda a um nível superior à prateleira de trabalho e destinadas à colocação de equipamento;
  - Armário superior colocado na lateral direita no sentido longitudinal, junto ao teto e entre os limites da porta lateral direita e porta traseira;
  - Armário na parte superior da cabine de condução acessível pela célula sanitária;
  - Pelo menos três (3) Prateleiras junto à porta lateral direita da célula sanitária;
- t) Um (1) Lavabo com depósitos de águas limpas e sujas com bomba elétrica, torneira ativada por interruptor acionado com recurso a pé ou perna, porta toalhetes e saboneteira;
- u) Reservatório para resíduos normais e biológicos;
- v) Quatro (4) tomadas de 12V (mínimo);



- w) Três (3) tomadas de 220V (mínimo);
- x) Quadro de comandos;
- y) Vidros da célula sanitária foscados a 2/3 em película autocolante;
- z) Circuito fixo, completo, de oxigénio de acordo com as normas em vigor, com tomada rápida e capacidade mínima de 2000 litro, redutor, debitómetro com capacidade de pelo menos 15 l/min e válvula de regulação de débito. A tubagem deve ser obrigatoriamente montada à vista;
- aa) Tomada rápida suplementar de oxigénio;
- bb) Todos os equipamentos elétricos a instalar no veículo, tem obrigatoriamente de obedecer às normas CEE;
- cc) Os circuitos devem estar protegidos por fusíveis calibrados, referenciados num quadro e facilmente acessíveis. Através de conveniente isolamento e filtragem, será garantida a não interferência com o equipamento rádio conforme a legislação nacional e europeia aplicável.

### **3.3. EQUIPAMENTOS**

#### **3.3.1. Equipamento de transporte, mobilização e imobilização**

- a) Uma (1) Cadeira desdobrável de transporte com as seguintes características mínimas:
  - Peso máximo da cadeira 12 Kg;
  - Capacidade de carga igual ou superior a 160 kg;
  - Pegas retrácteis;
  - Suporte para os pés;
  - Com cinto (s) de fixação para o doente;
  - Com 2 rodas giratórias à frente e 2 rodas fixas atrás;
- b) Uma (1) Maca ortopédica de remoção (tipo *Scoop*) para adulto com capacidade igual ou superior a 170kg;
- c) Uma (1) Maca de transferência (lona de transferência), impermeável e facilmente higienizável;
- d) Uma (1) Maca de vácuo, com bomba manual, saco de transporte e com dimensões mínimas de 200x90cm;
- e) Uma (1) Cinta de imobilização pélvica de emergência, com velcro na cinta (transparente a raios-X, sem necessidade remoção) de tamanho que permita entre 95 a 150 cm de circunferência de quadril;
- f) Um (1) Colete de extração, impermeável e facilmente higienizável com o mínimo de costuras.
- g) Um (1) Plano duro (adulto) fabricado em material plástico, rígido, leve, lavável, com pegas anatómicas, rádio translúcidos e com uma capacidade de carga igual ou superior a 170 kg e respetivo cinto do tipo “aranha” para fixação do doente;
- h) Um (1 par) Blocos imobilizadores de cabeça com as respetivas fitas de fixação/imobilização de cabeça rádio translúcidos;
- i) Conjunto de 3 cintos de imobilização;
- j) Conjunto de colares cervicais de duas peças (adulto) (01 unidade de cada tamanho: XS, S, M, L, XL.);
- k) Conjunto de colares cervicais de duas peças (pediátrico) (01 unidade de cada tamanho: P1, P2 e P3);
- l) Conjunto de talas de madeira (2 unidades de tamanho 50x7cm; 2 unidades de tamanho 90x7cm; 4 unidades de tamanho 120x7cm);

#### **3.3.2. Equipamento de avaliação e diagnóstico**

- a) Uma (1) Lanterna para observação de reação pupilar.
- b) Um (1) Termómetro digital de infravermelhos (ou em alternativa digital timpânico);
- c) Um (1) Estetoscópio + Esfigmomanómetro aneróide portátil (adulto)
- d) Um (1) Pulso oxímetro de dedo (adulto)

### **3.3.3. Equipamento para controlo da via aérea e ventilação**

- a) Um (1) Insuflador manual adulto, **autoclavável**, com respetivas máscaras e reservatório;
- b) Um (1) Insuflador pediátrico, **autoclavável**, com respetivas máscaras e reservatório;
- c) Um (1) Insuflador neonatal, **autoclavável**, com respetivas máscaras e reservatórios;
- d) Um (1) Pinça de Magill (adulto  $\pm$  25 cm);
- e) Um (1) Pinça de Magill (pediátrica  $\pm$  15 cm);
- f) Tubos nasofaríngeos (1 unidade de cada tamanho n.º 5.0mm; 6.0mm; 7.0mm; 8.0mm; 9.0mm)

### **3.3.4. Equipamento de reanimação e monitorização**

Não aplicável

### **3.3.5. Equipamento diverso**

- a) Três (3) Sacos de primeiros socorros (1 de cor azul, 1 de cor verde, 1 de cor amarelo) com pegas, para acondicionamento de material à prova de água (salpicos), com tiras refletoras, com sistema organizador através de bolsas ou divisórias, com volume mínimo de 30L;
- b) Um (1) Tesoura universal de emergência, com ponta de face achatada, lâmina fina em serra, adequada para o corte de diversos materiais com cerca de 19 cm de comprimento;
- c) Um (1) garrote tático;
- d) Um (1) saco para cadáver.

### **3.3.6. Equipamento de proteção e sinalização**

- a) Um (1) Corta-cintos de segurança;
- b) Um (1) Cabo de reboque com dois ganchos (capacidade mínima 1.8 t)
- c) Dois (2) Cones de sinalização (ou em alternativa luzes de sinalização com acumulador de energia)
- d) Dois (2) Pares de luvas de trabalho;
- e) Dois (2) Coletes para tripulante com refletores;
- f) Dois (2) Capacetes de proteção em azul (EN 443:2008);
- g) Dois (2) Supressores de ruído (EN 352-1:2002)
- h) Uma (1) Cordeleta  $\geq$  06mm (EN 564) mínimo de 10 metros

### **3.3.8. Equipamento de comunicações**

- a) Pré-instalação de cablagem para 2 antenas (equipamento rádio - comunicações), colocadas no eixo central do tejadilho, uma à frente e outra na traseira;
  - i. A montagem referida carece de consulta prévia à entidade adjudicante, por forma a garantir a correta configuração técnica.
- b) Um (1) Intercomunicador entre a cabine de condução e a célula sanitária.

## **3.4. CARACTERIZAÇÃO**

### **3.4.1. Pintura, símbolos e inscrições**

- a) Cor amarela (RAL 1016);
- b) Faixas horizontais e inscrições de cor azul fluorescente (RAL 5005);
- c) Faixa refletora que percorra a parte frontal e laterais do veículo, sempre no mesmo plano horizontal, ao nível dos faróis:
  - i. Nas partes laterais, esta faixa tem de ter entre 10 cm e 15 cm de largura;
  - ii. Na parte frontal e a partir das portas da cabine de condução, a largura da faixa poderá ser reduzida, gradualmente, até um mínimo de 5 cm;
  - iii. A faixa apenas pode ser interrompida por componentes do veículo.
- d) Faixas diagonais de material refletor prismático, cor branca a 45°, com 10 cm de largura e espaçamento de 10 cm no terço posterior dos painéis laterais, sobrepondo parcialmente a faixa refletora referida na alínea anterior.
- e) Nas portas traseiras, faixas oblíquas com o vértice superior, em material refletor prismático

azul (RAL 5005), com 10 cm de largura e um ângulo de 45° com a horizontal, interrompidas por componentes do veículo e pelas inscrições a aplicar.

- f) As palavras ““AMBULÂNCIA EMERGÊNCIA” em letra entre 10 e 15 cm de altura, legível por reflexão na parte frontal do veículo e capô, e no terço superior da retaguarda do veículo;
- g) O número nacional de emergência - 112 -, em tamanho entre 10 a 20 cm de altura, centralizado no terço posterior do painel lateral acima da faixa horizontal;
- h) No sobrelevado do tejadilho dos painéis laterais, as inscrições “GOVERNO DOS AÇORES” com letras em tamanho de 10 cm de altura, tipo de letra Arial Black Regular, “PROTEÇÃO CIVIL E BOMBEIROS” com letras em tamanho de 10 cm de altura, tipo de letra Arial Black Regular;
- i) A designação operacional do veículo, será de cor azul, com letras em tamanho de 8 cm de altura e tipo de letra Arial Black Regular e estará situada na ilharga e na parte inferior da porta direita da retaguarda.  
Exemplo: AMS 02; (A referida designação carece de consulta prévia à entidade adjudicante, por forma a garantir a correta designação operacional.)
- j) O símbolo do SRPCBA, seguindo do acrónimo “SRPCBA”, em cor azul, com letras em tamanho de 10 cm de altura, tipo de letra Arial Black Regular, deve figurar na parte frontal do tejadilho;
- k) No terço inferior dos painéis laterais deve ser inscrito, em cor azul, com letras em tamanho de 5 cm de altura e tipo de letra Arial Black Regular, [www.prociv.azores.gov.pt](http://www.prociv.azores.gov.pt);

#### **4. FICHAS TÉCNICAS e/ou outros documentos**

Considerando o presente caderno de encargos, devem os concorrentes apresentar a documentação necessária conforme exigido na alínea d) do nº 9.1 – *Documentos que integram a proposta* do programa do procedimento.

##### **4.1. Documentação comprovativa**

Deve ser apresentada, pelos concorrentes, documentação do fabricante comprovativa das características exigidas, sob a forma de fichas técnicas, catálogos e/ou outros documentos técnicos aptos a demonstrar as características, requisitos e especificações dos equipamentos apresentados, para aos seguintes itens:

- a) Do veículo (pontos 1.1, 1.2, 1.3, Características do presente Anexo);
- b) Sinalizadores luminosos (alíneas a) e b) do ponto 3.1 Exterior do presente Anexo);
- c) Sirene de sinalização acústica e sistema de amplificação de voz (alínea h) do ponto 3.1 Exterior do presente Anexo);
- d) Maca ortopédica de remoção (tipo Scoop) para adulto (alínea b) do ponto 3.3.1 Equipamento de transporte, mobilização e imobilização do presente anexo);
- e) Maca de vácuo, com bomba manual, saco de transporte (alínea d) do ponto 3.3.1 Equipamento de transporte, mobilização e imobilização do presente anexo);
- f) Colete de extração (alínea f) do ponto 3.3.1 Equipamento de transporte, mobilização e imobilização do presente anexo);
- g) Plano duro (adulto) (alínea g) do ponto 3.3.1 Equipamento de transporte, mobilização e imobilização do presente anexo);
- h) Lanterna de iluminação LED recarregável (alínea g) do ponto 3.2.1 Cabine de condução do presente Anexo);
- i) Maca principal, carrinho e estrado da maca (alínea k) do ponto 3.2.2 Célula sanitária do presente Anexo);
- j) Bancos rebatíveis (alínea n) do ponto 3.2.2 Célula sanitária do presente Anexo);
- k) Cadeira de transporte (alínea a) do ponto 3.3.1 Equipamento de transporte, mobilização e imobilização do presente Anexo);
- l) Capacetes de proteção em azul (EN 443:2008) (alínea f) do ponto 3.3.6 Equipamento de proteção e sinalização do presente Anexo);

- m) Supressores de ruído (EN 352-1:2002) (alínea g) do ponto 3.3.6 Equipamento de proteção e sinalização do presente Anexo);
- n) Cordeleta  $\geq 06\text{mm}$  (EN 564) mínimo de 10 metros (alínea h) do ponto 3.3.6 Equipamento de proteção e sinalização do presente Anexo);

Deverá ainda ser apresentado, obrigatoriamente, um **esquema do plano de transformação do veículo**, onde se destaquem e identifiquem:

1. Configuração interior da célula sanitária do veículo ambulância proposto;
2. Sistema elétrico;
3. Desenho técnico que reflita a pintura, símbolos e inscrições.

*Fim de documento*